

PRIMEIRAS INVESTIGAÇÕES SEMIÓTICAS NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

Por
CID SEIXAS

Junho | 2019
Ano 4 | Número 7

Uma publicação
e-book.br

<http://www.e-book.uefs.br>
<http://www.linguagens.ufba.br>
<https://issuu.com/e-book.br/docs/folhetim7>

FOLHETIM 7

Folhetim é uma publicação semestral da **€-Book.Br**, destinada a disponibilizar um autor ou artigo por número nos seus sites e na plataforma <https://issuu.com>.

Por visar constituir um instrumento de largo alcance na divulgação de textos, o Conselho Editorial poderá selecionar éditos ou inéditos.

Issuu.com é uma plataforma criada em Copenhaga, na Dinamarca, com sede no Vale do Silício, publicando, por dia, milhares de livros, jornais e revistas para leitura gratuita. Segundo a edição inglesa da *Wikipedia* e a revista *Times*, o site é um dos 50 melhores do mundo.

ISSN 2525-8591

FOLHETIM

www.e-book.uefs.br

www.linguagens.ufba.br

issuu.com/e-book.br/docs/folhetim7



PRIMEIRAS INVESTIGAÇÕES SEMIÓTICAS
na história da filosofia

Cid Seixas

Ano 4 | N. 7 | Jun. 2019



ISSN 2525-8591

CONSELHO EDITORIAL

Cid Seixas (UFBA / UEFS)

Dante Lucchesi (UFF)

Ester M^a de Figueiredo Souza (UESB)

Flávia Aninger Rocha (UEFS)

Moanna Souza Brito (UFBA)

Myriam Barbosa da Silva (UFBA)

Nossos sites:

www.e-book.uefs.br/folhetim

www.linguagens.ufba.br/folhetim

E-mail do editor:

cidseixas@yahoo.com.br

CID SEIXAS

PRIMEIRAS
INVESTIGAÇÕES
SEMIÓTICAS

NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

e-book.br

EDITORA UNIVERSITÁRIA
DO LIVRO DIGITAL

FOLHETIM 7

CID SEIXAS

CID SEIXAS CID SEIXAS
CID SEIXAS CID SEIXAS
CID SEIXAS CID SEIXAS
CID SEIXAS CID SEIXAS
CID SEIXAS CID SEIXAS
CID SEIXAS CID SEIXAS
CID SEIXAS CID SEIXAS
CID SEIXAS CID SEIXAS
CID SEIXAS CID SEIXAS
CID SEIXAS CID SEIXAS

Professor Titular da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Estadual de Feira de Santana; autor de livros como *Espelho Côncavo* (2019), *Da invenção à literatura* (2017), *Desatino romântico e consciência crítica* (2016), *Os riscos da cabra cega* (2003), *O trovadorismo galaico português* (2000), *Triste Bahia, oh quão dessemelhante* (1996), *O espelho de Narciso* (1981), entre outros estudos teóricos. Editor da E-Book.Br | Editora Universitária do Livro Digital e criador do site Linguagens (www.linguagens.ufba.br), Cid Seixas é escritor e jornalista.

SUMÁRIO

Os Sofistas, os Clássicos
e a Patrística,
página 9

Vico e a Ciência Nova,
página 21

Locke e a Criação da Semeiotiké,
página 29

Leibniz, Condillac
e os Sistemas Simbólicos,
página 39

Referências e Bibliografia,
página 51

Explicit,
página 59

*Desde que se pode desobedecer
impunemente, torna-se legítimo
fazê-lo.*

Jean-Jacques Rousseau

*Os limites da minha linguagem
denotam os limites do meu
mundo.*

Ludwig Wittgenstein

OS SOFISTAS, OS CLÁSSICOS E A PATRÍSTICA

Os pensadores que se ocupam da teoria do conhecimento, da filosofia da linguagem, da estética e da lógica constituem os grandes mananciais da Semiologia ou da Semiótica, termos denominadores de uma mesma disciplina.

Quando os sofistas trabalhavam dialeticamente a retórica como meio de demonstração da pluralidade da verdade, subordinando o objeto do conhecimento à estrutura do discurso, estavam lançando os germes das preocupações que, em consequência, não poderiam estar ausentes das obras de Platão e de Aristóteles.

Apesar da submissão do pensamento ocidental moderno aos sistemas filo-

sóficos dos dois grandes mestres, não podemos ignorar a contribuição dos sofistas, embora sempre tratados de modo desdenhoso. A eles devemos o mérito de insistir, com a veemência dos pioneiros, na construção da verdade através da linguagem, quando deram mais ênfase ao processo de formação dos objetos do conhecimento do que a sua substância. O modo de formar e ver as coisas passa a ser a chave sofisticada, uma vez que esses filósofos refutaram o caráter fixo e estabelecido das concepções.

A constituição do discurso sofisticado vai representar, também, a constituição do mundo, o que equivale a dizer que a realidade linguística interfere decisivamente na construção da realidade humana.

Protágoras – cuja doutrina, frequentemente discutida por Platão, afirma que o homem é a medida de todas as coisas – é responsável pela não-unanimidade da ilustração clássica da universalidade da verdade. Graças ao pensamento dos sofistas a própria filosofia anti-sofística pôde trilhar,

sem medo de se perder, caminhos dialéticos.

O marxismo – cuja práxis partidária, ao longo do tempo, contradita alguns dos seus pressupostos filosóficos básicos – propõe a verdade como uma construção permanente do espírito, e não como uma categoria imutável e independente do processo histórico do homem (Schaff, 1964 e 1971).

Esse conjunto de constatações, ao longo da história, nos leva à formulação do princípio dialético segundo o qual “a verdade é a coerência das proposições verbais” (Seixas, 1979), formulação esta que denuncia o compromisso do conhecimento com os processos simbólicos, instituídos pela sociedade, como fundadores da cultura.

Platão, não só nos diálogos que tratam dos sofistas, da retórica e da linguagem, como também em outros momentos da sua obra, discute importantes problemas hoje reunidos e sistematizados como campo disciplinar da Semiótica.

Aristóteles trouxe uma contribuição decisiva ao iniciar uma corrente do pensamento que, com Locke e Condillac, viria a identificar a teoria do conhecimento com a teoria da linguagem. A *Poética* é obra fundamental que já contém algumas das direções atuais dos estudos semiológicos, discutindo questões cada vez mais pertinentes.

Desse modo, para se falar numa ciência geral dos signos, deve-se propor como ponto de partida uma releitura da tradição filosófica. Tão importantes quanto as modernas colocações dos filósofos e linguistas que desencadearam a constituição da Semiótica ou da Semiologia foram as investigações filosóficas empreendidas antes de a modernidade fazer a sistematização desta disciplina.

Já nos primeiros séculos da era cristã, Santo Agostinho (nascido no ano 354 e morto no ano 430) no diálogo *De magistro*, onde aparece como protagonista ao lado do filho Adeodato, fala do emprego dos signos como recurso essencial

para mostrar e compreender o mistério das coisas, destacando, assim, o papel das palavras.

A propósito, Jacques Lacan, nos seus contundentes Seminários, dedicou a aula do dia 23 de junho de 1954 à memorável discussão deste diálogo agostiniano, com a participação do Pe. Beirmaert e do filósofo Octave Mannoni. O psicanalista não teve dúvidas ao concluir que, para Santo Agostinho, a atividade humana “só pode existir num mundo já estruturado pela linguagem” (Lacan, 1954). Isso porque Agostinho não descuidava do fato de que o homem vive num universo simbólico, fato esse que também vai ser sublinhado nas *Confissões*.

É bastante significativo que Wittgenstein, um dos lógicos modernos que mais trabalhou sobre a linguagem, tenha iniciado suas *Investigações filosóficas* com a discussão de uma recordação infantil de Santo Agostinho:

“Se os adultos nomeassem algum objeto e, ao fazê-lo, se voltassem para ele, eu percebia isto e compreendia que o objeto fora designado pelos sons que eles pronunciavam, pois eles queriam indicá-lo. Mas deduziu isto dos seus gestos, a linguagem natural de todos os povos, e da linguagem que, por meio da mímica e dos jogos com os olhos, por meio dos movimentos dos membros e do som da voz, indica as sensações da alma, quando esta deseja algo, ou se detém, ou recusa ou foge. Assim, aprendi pouco a pouco a compreender quais coisas eram designadas pelas palavras que eu ouvia pronunciar repetidamente nos seus lugares determinados em frases diferentes. E quando habituara minha boca a esses signos, dava expressão aos meus desejos”. (Agostinho, citado por Wittgenstein, 1945)

Observemos que nesta passagem Santo Agostinho põe, ao lado da linguagem verbal, as outras linguagens ou os outros

sistemas semióticos empregados pela espécie humana no processo de conhecimento e comunicação da sua realidade.

“Assim principiei a comunicar com as pessoas que me rodeavam, e entrei mais profundamente na sociedade tempestuosa dos homens” (Agostinho, 398). *Entrar na sociedade dos homens* corresponde a entrar no universo simbólico – eis uma constatação já presente no pensamento agostiniano.

Ainda no âmbito da filosofia cristã, Tomás de Aquino (1225-1274) discute o que chamaríamos de natureza *assemiótica* de Deus. No *Compêndio de teologia* ele afirma que Deus não compreende através de elementos indeterminados, mas através da sua própria essência, enquanto o ser humano necessita de *imagens inteligíveis*.

“A capacidade de compreender coloca o homem acima de outros animais. Pois é óbvio que dentre os animais só o homem é capaz de apreender os uni-

versais, as relações entre as coisas, as coisas imateriais, que só se percebem através da inteligência. Ora, é impossível que a inte-lecção seja um ato exercido por algum órgão corporal, assim como a visão é exercida através dos olhos”. (Tomás de Aquino, 1265).

Esta última afirmativa é fundamental para a Semiologia e para a filosofia da linguagem, uma vez que rejeita a hipótese de que o conhecimento se dê diretamente através de algum órgão, deixando espaço para o que Cassirer viria a chamar de “formas simbólicas”.

Falando ainda das “imagens”, São Tomás intui que “será necessariamente através de alguma substância imaterial que o homem compreende”. Embora seu raciocínio implique sempre questões teológicas, não se pode deixar de encontrar aí a distinção semiótica feita por ele entre os animais, o homem e Deus. Enquanto os animais classificados como irracionais estariam aquém do simbólico e da com-

preensão, os homens estariam submetidos a elas, e Deus estaria além delas – porque é considerado, ao mesmo tempo, o objeto e o símbolo, a potência e o ato, o verbo e a carne, o significante e o significado, o princípio e o fim.

Na *Suma teológica* aparecem algumas reflexões em torno das relações entre linguagem e cognição, evidenciando o modo limitado e parcial do conhecimento humano: “Um ser é nomeado por nós conforme o modo pelo qual o compreendemos.” A linguagem, para Tomás de Aquino, atuaria como um registro da forma da percepção humana, o que equivale à afirmação dos modernos linguistas de que a língua é a forma pela qual o homem vê o mundo e o traz dentro de si. De certo modo, também somos remetidos ao pensamento de São Tomás quando lemos a constatação da lógica neopositivista: “Os limites da minha linguagem denotam os limites do meu mundo” (Wittgenstein, 1918).

Tomás de Aquino compreendeu que as palavras não são simples sinais, mas signos.

Chamamos aqui de *sinal* a uma *manifestação*, a uma coisa que representa outra coisa, ao passo que o *signo* se refere a um *conceito* ou compreende um conceito aliado a uma manifestação.

Enquanto o sinal é uma coisa que está no lugar da outra, como, por exemplo, a fumaça que pode ser sinal do fogo, o signo é o resultado de uma operação mental bem mais complexa, através da qual se atribui uma expressão a um conteúdo, a um modo de compreender algo. Observe-se que as diversas espécies animais reagem frequentemente aos sinais, enquanto o processo sígnico instaura o universo dos animais simbólicos, a partir do *homo sapiens*.

Vejamus que São Tomás, mesmo sem utilizar esta distinção terminológica (que só ficou inteiramente clara após Ferdinand de Saussure), percebe que “os nomes não

seguem o modo de ser real das coisas, mas o que existe no nosso conhecimento” (Tomás de Aquino, 1273). A língua não é uma simples lista de nomes correspondentes aos objetos nomeados, porque os signos são modos de conceber e constituir o próprio objeto a ser conhecido. Quando os falantes da língua portuguesa utilizam o signo *saudade* eles não recorrem a um conjunto de sons para representar um objeto já constituído, mas é a própria língua que constitui esse objeto, traçando seus limites de acordo com a experiência dos falantes da língua.

Tanto isso é verdade que encontramos dificuldades para traduzir um texto de uma língua para outra, especialmente quando nos deparamos com construções para as quais não existem formas de percepção correspondentes. Cada língua não é um mero instrumento de comunicação de uma realidade humana ou social, mas também o instrumento balizador da construção dessa realidade. Constituir e co-

municar são faces de uma mesma moeda. Negligenciar tal compromisso entre a forma de dizer e aquilo que é dito significa compreender de modo incompleto e equívoco o papel da comunicação.

VICO E A CIÊNCIA NOVA

Os filósofos medievais tiveram em geral grande interesse pelo estudo da palavra e dos outros modos de expressão, talvez em consequência da herança deixada pelos judeus, no Antigo Testamento, onde Moisés coloca o verbo como elemento da criação: “E disse Deus: Haja luz. E houve luz.” Ou ainda: “E disse Deus: Produza a terra erva verde (...). E assim foi.”

Já no Novo Testamento, São João escreve, na esteira das velhas escrituras: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, o Verbo era Deus”. Ou, mais adiante: “E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós”.

Assim é que um católico italiano, cujos primeiros estudos foram feitos com padres jesuítas, estruturou a sua *Ciência nova* a partir da linguagem. Giambattista Vico (1668-1744) encontrou na língua – e na linguagem em geral – os mitos, as fábulas e tradições que constituem a expressão do espírito humano. Partindo do princípio de que tudo que o homem sente, pensa e produz, num momento da sua história, mantém ligações entre si e forma unidades estruturais, o filósofo toma o estudo da linguagem como ponto de convergência para a compreensão de todos esses fatos. Procura, assim, unir a Filosofia e a Filologia (diríamos, hoje, a Linguística), ao lado dos estudos do simbólico.

Para Vico, a história da humanidade é marcada por três momentos distintos: a *idade dos deuses*, a *idade dos heróis* e a *idade dos homens*. Todos os povos passariam por essas etapas de desenvolvimento, sendo que a primeira estaria ligada a uma espécie de linguagem pré-simbólica,

onde a comunicação se daria mediante sinais e caracteres naturais, isto é, constituídos a partir de indicações diretas dos objetos. A segunda já seria marcada pela presença do simbólico, quando toda comunicação depende de imagens, metáforas e demais recursos necessários aos intentos heroicos. Finalmente, a terceira é onde aparece “a língua humana, mediante vocábulos convencionados pelos povos” (Vico, 1725).

Ele acredita que o homem, num estado primitivo, não dominava ainda os processos de simbolização, passando depois para um estágio de uso de imagens e figuras imprecisas, até chegar a um sistema de convenções. Essa compreensão da linguagem e da sua gênese é retomada mais tarde por Rousseau, podendo ser descrita a partir da seguinte hipótese:

Numa etapa inicial, o homem procuraria manter um contato direto com os objetos do mundo, constituindo o conhecimento tão somente na relação do sujeito com um objeto particular (e não com

todos os objetos da mesma espécie). Seria uma forma semelhante ou próxima à dos animais, que conhecem uma pedra determinada, ou uma árvore determinada, sem operar o processo de generalização.

Em seguida, o ser humano começaria a perceber difusamente a relação existente entre os objetos de uma mesma classe; e essa percepção, difusa e imprecisa do mundo, implicaria uma forma de expressão também inexata, metafórica.

Vico conclui que “os primeiros povos da gentilidade, por uma comprovada necessidade natural, foram poetas, e falaram por figuras poéticas”. Ele entende por linguagem poética uma formação aberta dos conteúdos, tomando a metáfora como modo de captar e, ao mesmo tempo, de expressar uma realidade apreendida de forma também incompleta. Há uma observação feita na introdução dos seus *Princípios de uma ciência nova* bastante sugestiva, segundo a qual os mistérios dos oráculos eram, em todas as culturas, revelados em versos, bem como os misté-

rios da sabedoria popular se escondiam nas fábulas.

Isto quer dizer que o recurso utilizado pela poesia é um instrumento de formação e compreensão de coisas novas. Ou melhor, o verso estaria a serviço de uma formação da realidade ainda desconhecida.

A moderna Semiologia toma tanto a língua quanto a arte e o mito como formas de conhecimento, e podemos constatar que a língua delimita a realidade de modo relativamente preciso, estabelecendo entre os seus usuários um acordo quanto a forma de ver os objetos.

Assim, podemos também comunicar de modo relativamente preciso as nossas percepções, utilizando as categorias e classificações mediante as quais a língua compreende e *enforma* o mundo.

No entanto, quando estamos diante de fatos novos, não convencionados pelo espaço social da realidade, necessitamos de uma linguagem diferente daquela já estabelecida, não só para apreender os

novos aspectos da realidade como também para expressá-los aos outros homens.

Quando o poeta utiliza metáforas e outras figuras no seu texto, ele não busca adornos para a linguagem, mas assim procede porque só consegue dizer o novo de modo novo. É como se as palavras usadas de forma habitual fossem insuficientes para dar vida e expressão a uma coisa, ou a uma percepção, inteiramente novas.

É evidente que, em muitos escritores, a desautomatização da linguagem é apenas um enfeite, um revestimento elegante, ornamental. Mas a grande literatura se faz com ideias novas e sentimentos novos que, conseqüentemente, só podem ser expressos de um modo novo, porque os modos estabelecidos estão comprometidos com as velhas concepções, não permitindo, portanto, a formação de outros conteúdos. Pode-se dizer, sem dúvida, que todo modo de formar está comprometido com a realidade *enformada* e informada (Eco, 1962).

Os estudos de Vico não se restringem apenas à linguagem verbal, sendo importantes para a Semiótica porque procuram compreender tanto essa forma de linguagem quanto os demais sistemas como aspectos de um processo mais geral e comum à espécie humana. A língua, a escrita, os hieróglifos, as medalhas, as moedas e, enfim, as leis e costumes foram compreendidos como fatos simbólicos, isto é, como códigos semióticos.

Modernamente, Roland Barthes, no livro *Mitologias*, graças à influência de Saussure, estuda costumes, alimentação, vestuário, etc. como fatos semióticos, considerando todo e qualquer objeto como *signo da sua própria função*. De certo modo, ao falar das moedas e das medalhas ou ao interpretar uma mensagem constituída por uma série de objetos, Vico leva em consideração a função do objeto para chegar à sua “leitura”, prenunciando os modernos estudos do simbólico.

A história registra o episódio da declaração de guerra feita por Dario a

Idantura, rei dos citas. A resposta do rei cita foi levada por um mensageiro e era constituída de cinco objetos: uma rã, um rato, um pássaro, um dente de arado e um arco de flecha.

Vejamos como Vico faz a leitura deste discurso não-verbal:

“A rã indicava que ele nascera na terra de Cítia, como na terra nascem, com as chuvas de verão, as rãs, sendo ele, pois, filho daquele terra. O rato indicava que ele, como o rato, ali onde nascera construía a sua casa, isto é, ali construía a sua gente. O pássaro indicava que ali tinha os auspícios, isto é, como iremos ver, não estar ele sujeito senão a Deus. O arado simbolizava ter ele, ali, reduzido as terras à cultura, e as ter, pela força, dominado e feito suas. E finalmente, o arco de flechas significava que ele dispunha na Cítia do sumo domínio das armas, de modo a dever e poder defendê-la” (Vico, 1725).

LOCKE E A CRIAÇÃO DA SEMEIOTIKÉ

Uma significativa contribuição aos estudos semióticos de ontem e de hoje foi trazida por John Locke (1632-1704) no *Ensaio acerca do entendimento humano*, onde propõe a *Semeiotiké* como um dos três grandes ramos das ciências. Embora como sensualista privilegiasse os sentidos e as experiências objetivas, Locke percebeu que o ser humano não possui o dom da linguagem apenas porque é capaz de articular sons, mas porque tem “habilidade para usar esses sons como sinais de concepções”.

Ao estudar o conhecimento humano, o filósofo inglês relacionou a investiga-

ção das ideias ao estudo das palavras e do significado. Na sua obra, encontramos reflexões, acerca dos signos, que resistiram ao tempo e ainda apresentam consonância com a Linguística moderna. Ele afirma que as palavras se referem às ideias e não aos objetos naturais, sendo um precursor de Saussure ao falar na arbitrariedade do signo:

“Seu significado, perfeitamente atribuído, não é a consequência de uma conexão natural. As palavras, pelo longo e familiar uso, como foi dito, estimulam nos homens certas ideias tão constante e prontamente que estes são aptos para supor uma conexão natural entre elas. É evidente, porém, que elas denotam apenas ideias peculiares dos homens, e por uma perfeita imposição arbitrária, pois elas frequentemente deixam de estimular em outros (mesmo se usam a mesma língua) as mesmas ideias que nós as consideramos como seus sinais; e todo homem tem liberdade tão

inviolável para formar palavras para significar ideias ao seu agrado como ninguém tem o poder para obrigar outros a ter as mesmas ideias em suas mentes quando, como ele, usam as mesmas palavras.” (Locke, 1690)

Nesta passagem, John Locke vai além da questão da arbitrariedade do signo, refletindo sobre a diversidade de formações do conteúdo e nos remetendo ao funcionamento do signo verbal quando operado no texto literário. Na literatura, o signo está sujeito, mais do que em outras circunstâncias linguísticas, às variações quanto ao plano do conteúdo.

Ele percebeu que o *senal*, ou o som das palavras, (o *significante*, como diríamos agora) não se refere a um objeto de mundo físico, mas à ideia que o usuário do signo faz desse objeto. De certo modo, pode-se constatar que ele via as ideias como signos internos das coisas e as palavras como signos materiais ou externos desses signos interiores.

Bem verdade que a Semiótica moderna formularia a questão de outro modo, mas a intuição de Locke não é desprovida de validade lógica, principalmente se levarmos em conta o fato de, mesmo na filosofia da linguagem, o conceito de signo não estar claramente assentado. Por isso, as contribuições de Saussure e Hjelmslev funcionam como verdadeiros marcos para a Semiologia e para a Filosofia. Mesmo Peirce, que se considera o fundador da Semiótica, não atribuiu ao signo o conceito de processo ou de função, porque continua identificando o signo com o sinal, ou com o *representamem*.

Mas deixemos esta questão para depois, ficando ainda com Locke que vê a linguagem como instrumento de conhecimento, tendo por isso mesmo dividido o seu *Estudo acerca do entendimento humano* em quatro livros assim denominados: Livro I - “Nem os princípios nem as ideias são inatas”, Livro II - “As ideias”, III - “Palavras”, IV - “Conhecimento e opinião”. Observe-se que a disposição da

matéria já apresenta um sumário do ponto de vista do filósofo, partindo da discussão a respeito da natureza inata ou adquirida das ideias, passando pelas palavras, que seriam os instrumentos de aquisição do conhecimento e de operacionalização das ideias, e chegando ao conhecimento e à opinião.

Num momento em que se tinha como tranquila a aceitação da natureza inata das ideias, a obra de John Locke representou um importante passo para a revisão do problema. Lembre-se que o *Ensaio* foi publicado em 1690, quarenta anos após a morte de Descartes, um dos principais responsáveis pela tese do inatismo, que vem desde Platão. Atribui-se o interesse de Locke pelo estudo do problema ao livro *O verdadeiro sistema intelectual do universo*, de Cudworth, um dos filósofos de Cambridge mais conceituados na época, dentro da escola platônica.

Ralph Cudworth (1619-1688) sustentava que a demonstração da existência de Deus dependia do pressuposto segundo

o qual as ideias dos homens são inatas, isto é, que são depositadas na alma. Ele recusava, portanto, a hipótese de que essas ideias derivam da experiência – porque o empirismo, no dizer de Cudworth, conduz diretamente ao ateísmo.

Como podemos observar, a defesa do inatismo está sempre relacionada a problemas teológicos, tanto no caso de Cudworth quanto de outros defensores dessa concepção (Seixas, 1981). Locke, portanto, vai rejeitar a concepção das ideias inatas, afirmando que o espírito humano é como um papel em branco, onde a experiência e a reflexão funcionam como fontes do conhecimento. Como consequência dessa sua tese, ele aborda as relações entre linguagem e pensamento, dizendo que “a maioria dos homens, senão todos, em seus pensamentos e raciocínios consigo mesmos, faz uso de palavras em lugar de ideias” (Locke, 1690).

As ideias que alguns nomes significam, sendo em grande parte indeterminadas e

complexas, não se prestam facilmente à agilização do pensamento, enquanto as palavras, pela sua materialidade, acorrem muito mais facilmente, atuando como instrumentos balizadores do raciocínio e possibilitando o avanço das proposições mentais.

Para Locke, é tão relevante o papel desempenhado pelas palavras no processo cognitivo que ele as chama de “grandes condutores da verdade e conhecimento, sendo estas que transmitem e recebem a verdade, e, geralmente, raciocinam acerca disto”. O filósofo não atribui apenas à linguagem e às palavras a função cognitiva, que é desempenhada também por outros sistemas e signos, mas percebe que, ao menos, elas “encurtam nosso caminho para o conhecimento”.

O *Ensaio acerca do entendimento humano* termina com a proposição de três grandes classes que dividem as ciências; e aí aparece pela primeira vez na história da filosofia, a ideia da criação da Semiótica (*Semeiotiké*). A esta caberia,

segundo Locke, o estudo dos caminhos e meios pelos quais o conhecimento é apreendido e comunicado, compreendendo, portanto, não só a língua como os demais sistemas simbólicos utilizados pelo homem como forma de conhecer e transmitir os fatos que constituem a realidade.

Vejamos suas próprias palavras sobre os três ramos da classificação das ciências:

“O terceiro ramo pode ser denominado *semeiotiké*, ou a doutrina dos sinais; o mais usual são as palavras, e isto é adequadamente denominado também *logiké*, lógica, cuja função consiste em comunicar a natureza dos sinais que a mente utiliza para o entendimento das coisas, ou transmitir este conhecimento a outros. Pois, desde que as coisas que a mente contempla não são nenhuma delas, além de si mesmas, presentes no entendimento, é necessário que algo mais, como o sinal ou representação da coisa considerada, deva

estar presente nele, e estas são as *ideias*. E porque a cena das ideias que formam o pensamento de um homem não pode estar inteiramente aberta à inédita visão de outrem, nem situada em nenhum lugar, a não ser em sua memória, [que é] um não muito seguro repositório; portanto, para comunicar nossos pensamentos mutuamente, assim como para registrá-los para nosso próprio uso, sinais de nossas ideias são igualmente necessários; estes que os homens descobriram ser mais convenientes, e, portanto, geralmente os usam, são os *sons articulados*. A consideração, pois, das *ideias* e palavras como os grandes instrumentos do conhecimento não representa aspecto desprezível da contemplação de quem observa o conhecimento humano em toda a sua extensão. E, talvez, se fossem distintamente pesados e devidamente considerados, nos oferecessem outro tipo de lógica e crítica, diferente daquele que até agora temos nos familiarizado”. (Locke, 1690).

Não resta dúvida, portanto, que o *Ensaio acerca do entendimento humano*, de Locke, é o primeiro grande tratado de Semiótica ou de Semiologia, entendida como disciplina que estuda os processos de aquisição e comunicação do conhecimento, entendimento convergente e bem compatível com o atualmente adotado.

LEIBNIZ, CONDILLAC E OS SISTEMAS SIMBÓLICOS

Leibniz (1646-1716) dedicou parte do seu trabalho à contestação da filosofia de Locke, tendo inclusive escrito os *Novos ensaios sobre o entendimento humano* para negar os argumentos lockeanos. Esse livro obedece à mesma divisão e igual temática do *Ensaio acerca do entendimento humano*, de John Locke, sendo concebido como um diálogo entre dois personagens dissidentes, Filaletto e Teófilo. O primeiro é um leitor de Locke, defensor das suas avançadas ideias, e o segundo representa o próprio ponto de vista de Leibniz que, já no prefácio da obra, traça o dissídio entre os siste-

mas: “O dele se relaciona mais com Aristóteles, o meu radica mais em Platão”.

No *Discurso de metafísica*, Leibniz volta a se referir à sua filiação platônica, quando defende a concepção das ideias inatas e recusa os fundamentos do empirismo:

“Aristóteles preferiu comparar a nossa alma a pequenas tábuas ainda vazias, onde há lugar para escrever, e sustentou nada existir no nosso entendimento que não venha por meio dos sentidos. Tem essa afirmação a vantagem de ser mais conforme as opiniões do vulgo, como é de uso em Aristóteles, ao passo que Platão vai mais ao fundo” (Leibniz, 1686).

Nessa obra declaradamente contrária ao conhecimento empírico e ao saber popular, ele se lança em defesa dos escolásticos e de toda filosofia medieval que procurava compreender o mundo a partir da necessidade de justificação da

existência do Deus cristão. Ao defender a teoria segundo a qual as ideias são inatas e já existem gravadas na mente humana, Leibniz não acrescenta argumentos diferentes daqueles encontrados pelos inatistas que lhe precederam, dizendo que

“a alma contém originalmente princípios de várias noções e doutrinas que os objetos externos não fazem senão despertar na devida ocasião, como acredito eu, na esteira de Platão e até da Escola, e juntamente com todos aqueles que entendem neste sentido a passagem de São Paulo (Rom., 2, 15), onde o Apóstolo assinala que a lei de Deus está escrita nos nossos corações” (Leibniz, 1686).

Como se vê aqui, a reverência absoluta às narrativas e alegorias bíblicas e à interpretação mecânica, ditada pelo reducionismo medieval, forneceram dados para a defesa da teoria das ideias inatas; muito embora não se possa negar que foi

o mesmo autor quem procurou dar consistência filosófica às concepções inatistas, ao retomar essa doutrina de modo menos radical. Leibniz propunha que se considere a presença das “ideias e das verdades” inatas como “inclinações, disposições, hábitos ou virtualidades naturais, e não como ações”. Dessa forma, a experiência, vista por Locke como a fonte de todo conhecimento, não contentaria empiristas e inatistas.

No que diz respeito à Semiótica, a contribuição de Leibniz não vai além da repetição de algumas colocações feitas por Locke, procurando, sempre que possível, refazer as afirmações do autor do *Ensaio acerca do entendimento humano*.

No artigo intitulado “O que é ideia” ele diz não ser necessário que aquilo que exprime seja semelhante à coisa expressa, tentando ainda fazer uma distinção entre os diversos signos semióticos: “Verifica-se também que algumas expressões têm fundamento na natureza, ao passo que

outras, ao menos parcialmente, são arbitrárias, como é o caso das expressões que se fazem pelas palavras orais ou pelos símbolos escritos.” Já nos *Novos ensaios*, contrariando Locke, procura, através das onomatopeias (que são formadas a partir do som dos objetos representados), negar o caráter arbitrário das palavras, tentando ainda atribuir aos fonemas, ou ao som das letras, uma relação com determinadas situações naturais.

Deixemos então as contestações de Leibniz ao avanço da Filosofia trazido por Locke, ao acentuar a submissão dos estudos filosóficos aos pressupostos teológicos, e passemos a outras contribuições consideradas mais fecundas para o estudo dos processos simbólicos do animal feito homem.

Curiosamente, o empirismo de Locke se tornou conhecido na França através da obra de um religioso, o abade Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780). Era de se esperar que um sacerdote cristão se filiasse à corrente dos defensores das

ideias inatas, entre as quais, além de Platão, se destacam Santo Agostinho e Descartes, o que não ocorreu com Condillac, desenvolvendo seu pensamento liberto dos compromissos teológicos e sem sacrificar as hipóteses filosóficas à constante necessidade de demonstração da existência de Deus.

Algumas das posições de Condillac podem ser concebidas dentro de uma orientação materialista, embora o autor tenha tomado o cuidado de promover a sua compatibilização com o idealismo religioso, como era conveniente à sua condição de sacerdote. Mas isso não afetou o caráter científico das suas especulações, pelo menos, no que diz respeito às obras aqui referidas.

No *Tratado dos sistemas*, Condillac antecipa algumas proposições do positivismo e de toda uma tendência cientificista que viria a marcar o pensamento dos fins do século XIX e início do século XX, tanto na Filosofia e na Lógica, quanto nas diversas ciências humanas,

como é o caso da Antropologia de Lévi-Strauss, da Psicanálise de Lacan, da Linguística, da Teoria da Literatura e da Semiótica.

A noção de sistema proposta por Condillac se aplica, não apenas às ciências físicas e exatas, mas a toda especulação filosófica e científica no campo das humanidades. Um sistema não é outra coisa que a disposição das diferentes partes numa ordem onde elas se relacionam mutuamente, sendo que cada uma é responsável pelo equilíbrio do todo (Condillac, 1753). Desse modo, ele forjou uma máxima célebre: “Uma ciência bem tratada é um sistema bem feito.” A coerência estrutural é reconhecida como a base orgânica de uma disciplina, consistindo nisto a sua principal qualidade.

Por outro lado, a sistematização exigida por Condillac para as ciências implica a clareza dos princípios e dos resultados obtidos. O filósofo recusa o pensamento de alguns estudiosos que acham impossível expor claramente determinados assuntos:

“Somos, comumente, levados a crer que abstrato e difícil são a mesma coisa: eis o que eu não compreendo. Mas compreendo que há escritores que não podemos entender, não porque eles sejam abstratos, mas porque não sabem analisar as ideias abstratas que eles formam; duas coisas que não se devem confundir. Se, como acredito ter demonstrado, uma ciência bem tratada é uma língua bem feita, não há ciência que não deva estar ao alcance de um homem inteligente, porque toda língua bem feita é uma língua que se estende. Se vocês não entendem nunca, é porque eu não sei escrever, e se lhes acontece, algumas vezes, não me entender é porque, algumas vezes, escrevo mal” (Condillac, 1749).

Essas lições foram retomadas por Wittgenstein ao pretender condensar todo o sentido do seu livro mais notável, o *Tractatus logico-philosophicus*, na certeza de que, segundo sua própria afirma-

ção, o que pode ser dito, o pode ser claramente; e o que não se pode falar deve-se calar (Wittgenstein, 1918). O autor do *Tractatus* propunha que as ideias que não estivessem suficientemente claras para serem compreendidas não fossem expostas com pretensões científicas ou filosóficas, devendo ser amadurecidas até alcançarem um grau de clareza e sistematização por si mesmo comunicável.

No livro *A língua dos cálculos*, Condillac identifica a linguagem com o pensamento, afirmando categoricamente que a gramática, entendida como estudo da língua, e a lógica, como disciplina do pensamento, não constituem dois ramos diversos do saber, mas são partes de uma mesma ciência. O desenvolvimento do raciocínio e da linguagem são processos inseparáveis; Condillac não admite que seja possível uma operação mental independente de uma operação semiótica. A língua histórica, a álgebra e outros sistemas são meios de desenvolvimento do raciocínio, e o desempenho das opera-

ções mentais depende da adequação do sistema ou da linguagem utilizados aos fins pretendidos.

Os objetos do conhecimento são, por conseguinte, um resultado dos processos simbólicos que selecionam nos objetos da natureza os aspectos a serem conhecidos. Diferentes expressões representam a mesma coisa sob diferentes relações, percebe Condillac, demonstrando que o indivíduo adota uma perspectiva, consciente ou inconscientemente, determinada pelos seus objetivos ou do grupo a que pertence. O objeto conhecido será uma soma desses fatores psíquicos e sociais.

Na obra intitulada *Lógica ou os primeiros princípios da arte de pensar*, ele reafirma a necessidade de incluir problemas de linguagem e pensamento num mesmo campo científico, subordinado de modo radical a construção da realidade humana aos processos simbólicos e, especialmente, à língua:

“Mas o que é no fundo a realidade senão uma ideia geral e abstrata que exis-

te em nosso espírito?” – pergunta esse antecipador de tais fundamentos das obras de Wittgenstein, de um lado, e de Heidegger e Lacan, do outro; para responder, em seguida: “É apenas um nome” (Condillac, 1780).

A partir dessa afirmação de que a realidade humana e social é uma entidade abstrata e geral, simbólica, portanto, o filósofo analisa o papel da linguagem verbal no conhecimento, inferindo que, se não dispuséssemos de denominações, não teríamos ideias abstratas, gêneros nem espécies e, por conseguinte, não poderíamos raciocinar sobre nada, porque o próprio pensamento se constitui através de classificações: “Falar, raciocinar, fazer ideias gerais ou abstratas é então, a mesma coisa e esta verdade, por simples que seja, poderia passar por uma descoberta” (Condillac, 1780).

A filosofia da linguagem nas suas formulações mais avançadas tem suas bases postas no pensamento de Condillac, que foi o grande continuador da inestimável

revolução do pensamento filosófico empreendida por Locke. A compreensão e a reflexão crítica das ideias mais atuais passam, por conseguinte, pela leitura de ambos os autores.

Não esqueçamos, portanto, que Condillac, apesar das suas incertas certezas religiosas, cultivava a – então insidiosa – suspeita que *a realidade é apenas um nome*.

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

- AGOSTINHO, Santo (388): *Confissões e De magistro* [Confessionum; De magistro], trad. J. Oliveira Santos & Ambrósio de Pina 2ª ed. São Paulo, Abril Cultural, 1980 (Os Pensadores).
- ARISTÓTELES: *Metafísica*; trad. Leonel Vellandro. Porto Alegre, Globo, 1969, 212 p., 266 p.
- : *Poética*, trad., prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Souza. Porto Alegre. Globo, 1966, 266 p. (Biblioteca dos Séculos, 54).
- BACON, Francis (1620): *Novum organum, ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza* [Pars secunda operis quae dicitur novum organum sive indicia vera de interpretatione naturae], trad. e notas de J. A. R de Andrade. São Paulo, Abril Cultural 1979, 272 p. (Os Pensadores).
- BAKHTIN, Mikhail (1929): *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do

- método sociológico na ciência da linguagem [Marksizm i filosofija jazyka]; trad. (da ed. francesa) Michel Lahud et alii; prefácio de Roman Jakobson. São Paulo, Hucitec, 1979, 182 p.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo, Edição Européia do Livro, 1972, 180 p. [Estante: Ensaio]
- BARTHES, Roland. *Aula inaugural da cadeira de semiologia literária do colégio de França*. São Paulo, Cultrix, 1977, 89 p. [Estante: Ensaio]
- BARTHES, Roland et alii: *Literatura e semiologia* [Seleção de ensaios da revista Communications]; trad. Célia Neves Dourado. Petrópolis, Vozes, 1972, 160 p. (Col. Novas perspectivas em comunicação, 3).
- CONDILLAC, Étienne Bonnot de (1798): *A língua dos cálculos* [Le langue des calcus]; trad. Nelson Aguiar. In CONDILLAC et alii: *Textos escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, 1979 (Os Pensadores).
- (1780): *Lógica ou Os primeiros desenvolvimentos da arte de pensar* [Logique]; trad. Nelson Aguiar. In CONDILLAC et alii: *Textos escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, 1979 (Os Pensadores).
- (1740): *Tratado dos sistemas* [Traité des systèmes]; trad. Nelson Aguiar. In CONDILLAC et alii: *Textos escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, 1979 (Os Pensadores).
- ECO, Umberto (1962): *Obra aberta. forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*

- as [Opera aperta]; trad. Pérola de Carvalho. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1971, 288 p. (Col. Debates, 4)
- (1973): *O signo* [Segno]; trad. Mª de Fátima Marinho. Lisboa, Presença, 1977.
- (1976): *Tratado geral de semiótica* [Trattato di semiotica generale]; trad. Antonio de Pádua Danesi e Valéria O. de Souza. São Paulo, Perspectiva, 1980, 282 p. (Col. Estudos, 73).
- FREUD, Sigmund (1895): *Projeto para uma psicologia científica* [Entwurf einer Psychologie / Project for a scientific psychology]; trad. José Luis Meurer. *Edição Standard Brasileira*, Vol. I. Rio de Janeiro, Imago, 1977, p. 379-517.
- FROMM, Erich: *A linguagem esquecida*. Uma introdução ao entendimento dos sonhos, contos de fadas e mitos [The forgotten language. An introduction to the Understanding of dreams, fairy tales and myths]; trad. Octavio Alves Velho. 7ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, 190 p.
- GREIMAS, Algirdas Julien (1970): *Sobre o sentido*. *Ensaio semióticos* [Du sens. Essais sémiotiques]; trad. Ana Cristina Cezar et alii. Petrópolis, Vozes, 1975, 396 p.
- GREIMAS et alii: *Ensaio de semiótica poética*; organização de A. J. Greimas [Essais de sémiotique poétique]; trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo, Cultrix, Universidade de São Paulo, 1975, 278 p.

- HERÁCLITO de Éfeso: Fragmentos; trad. J. Cavalcante de Souza. In OS PRÉ-SOCRÁTICOS: *Fragmentos, doxografia e comentários*; seleção de José Cavalcante de Souza. São Paulo, Abril Cultural, 1978, p. 73-136 (Os Pensadores).
- HJELMSLEV, Louis: *El lenguaje* [Sproget]; trad. M^a Victória Catalina. Madrid, Gredos, 1971, 194 p. (Biblioteca Románica Hispánica, 19).
- : La forme du contenu du langage comme facteur social. In HJELMSLEV: *Essais linguistiques* (Choix des articles par l'auteur). Paris, Minuit, 1971, p. 97-104.
- (1943): *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* [Omkring sprogteoriens grundloeggelse]; trad., segundo o texto inglês, J. T. C. Netto. São Paulo, Perspectiva, 1975, 150 p. (Col. Estudos, 43).
- HOBBS, Thomas: *A natureza humana* [The elements of law, natural and politic]; trad. introdução e notas de João Aloísio Lopes. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1983 (Col. Clássicos de Filosofia).
- : *Leviatã*; ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil; trad. João P. Monteiro & M. B. Nizza Silva. São Paulo, Abril, 1979.
- JAKOBSON, Roman: *Linguística e comunicação*; organização de Izidoro Blikstein, trad. I. Blikstein & José Paulo Paes (com base nos textos em inglês enviados pelo autor). 2^a ed. São Paulo, Cultrix, 1969, 162 p.

———: *Lingüística. Poética. Cinema*. Roman Jakobson no Brasil; org. Haroldo de Campos e Boris Schnaiderman, trad. Francisco Achcar et alii. São Paulo, Perspectiva, 1970, 210 p. (Col. Debates, 22).

———: *Relação entre a ciência da linguagem e as outras ciências* [Linguistics in relation to other sciences]; trad. M^a Fernanda Nascimento. Lisboa, Bertrand, 1974, 128 p.

———: *Six leçons sur le son et le sens*. Preface de Claude Lévi-Strauss. Paris, Minuit, 1976, 128 p.

KRISTEVA, Júlia: *História da linguagem* [Le langage, cet inconnu]; trad. M^a Margarida Barahona. Lisboa, Edições 70, 1974, 462 p. (Col. Signos, 6).

———: *Introdução à semanálise* [Recherches pour une sémanalyse]; trad. Lúcia Ferraz. São Paulo, Perspectiva, 1974, 200 p. (Col. Debates, 84).

LACAN, Jacques: *Écrits*. Paris, Seuil, 1966, 928 p. (Le champ freudien).

———: *Le séminaire*. Livre III: *Les psychoses*. Texte établi par Jacques-Alain Miller. Paris, Seuil, 1981, 369 p. (Le champ freudien).

——— (1954): *O seminário*. Livro I: Os escritos técnicos de Freud [Le séminaire de Jacques Lacan. Livre I: Les écrits techniques de Freud]; trad. Betty Milan. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

LEIBNIZ, Wilhelm: Discurso de metafísica [Discurs de metaphysique]; trad. Marilena Chauí. In NEWTON & LEIBNIZ: *Seleção de textos*. São Paulo, Abril Cultural, 1979 (Os Pensadores).

——— (1704): *Novos ensaios sobre o entendimento humano* [Nouveaux essais sur l'entendement humain par l'auteur du Systeme de l'harmonie préétablie]; trad. Luis João Barahúna. São Paulo, Abril Cultural, 1980, 438 p. (Os Pensadores).

OGDEN, C. K. & RICHARDS, I. A. (1923): *O significado de significado*: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo; com ensaios suplementares de B. Malinowsky e F. G. Crookshank [The meaning of meaning; a study of the influence of language upon thought and of the science of symbolism]; trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar, 1972, 350 p. (Biblioteca de Ciências Sociais).

PEIRCE, Charles Sanders (1935): *Semiótica e filosofia* [Collected papers of Charles Sanders Peirce]; introd., seleção e trad. de Octanny Silveira da Mota & Leonidas Hegenberg. São Paulo, Cultrix, 1972, 164 p.

PLATÃO: *A república*; trad. Leonel Vallandro. Porto Alegre, Globo, 1964, 318 p. (Biblioteca dos Séculos. Diálogos, III).

———: *Diálogos. Mênon; Banquete; Fedro*; trad. do grego por Jorge Paleikat. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s. d., 270 p.

- : *Obras completas*; tradução del griego, preâmbulos y notas por Maria Araujo et alii. Madrid, Aguilar, 1966, 1742 p.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques: *Do contrato social; ou Princípios do direito político* [Du contrat social ou princíps du droit politique]; trad. Lourdes Machado. *Obras políticas*. Vol. II. Porto Alegre, Globo, 1962, p. 1-165.
- : *Ensaio sobre a origem das línguas; no qual se fala da melodia e da imitação musical* [Essai sur l'origine des langues où il est parlé de la mélodie et de l'imitation musicale]; trad. Lourdes Machado. *Obras políticas*, Vol. II. Porto Alegre, Globo, 1962, p. 417-479.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1916): *Curso de lingüística geral* [Cours de linguistique generale]; trad. Antonio Chelini et alii. 4ª ed. São Paulo, Cultrix, 1972, 280 p.
- SEIXAS, Cid: A falência do estruturalismo ou a remissão dos pecados do objeto. *Minas Gerais Suplemento Literário*, nº 612. Belo Horizonte, 1978, p. 6-7. (Republicado em *Veritas: Revista da PUC do Rio Grande do Sul*, Vol. XXV, nº 98. Porto Alegre, jun. 80, p. 194-200).
- : A subjetividade como elemento formativo da linguagem poética. *Minas Gerais Suplemento Literário*, nº 582. Belo Hozironte, 1977, p. 6-7.
- (1979): *O espelho de Narciso*. Livro I: *Linguagem, cultura e ideologia no idealismo e no marxismo*. Rio de Janeiro, Civilização

Brasileira/Brasília, Instituto Nacional do Livro-INL, 1981, 262 p.

TOMÁS DE AQUINO, Santo (1265): *Compêndio de teologia* [Compendium theologiae]; trad. Luís J. Baraúna, in TOMÁS DE AQUINO et alii: *Seleção de textos*. São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. 69-101 (Coleção Os Pensadores).

——— (1273): *Textos da suma teológica* [Summa theologica]; trad. Alexandre Correia, in TOMÁS DE AQUINO et alii: *Seleção de textos*. São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. 103-146 (Coleção Os Pensadores).

VICO, Giambattista (1725): *Princípios de uma ciência nova* [Principi di azienza nuova]; trad. Antonio Prado. São Paulo, Abril Cultural, 1979, 186 p. (Col. Os Pensadores).

WITTGENSTEIN, Ludwig (1918): *Investigações filosóficas* [Philosophische Untersuchungen], trad. José Carlos Broni. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 1979, 228 p. (Os Pensadores).

——— (1945): *Tractatus logico-philosophicus*; trad. e apresentação de José Arthow Giannotti. São Paulo, Nacional, 1968, XII + 152 p. (Biblioteca Universitária, 10).

EXPLICIT

Primeiras investigações semióticas na história da filosofia é um texto resultante de itens do livro *O Que é Semiótica*, anunciado para publicação pela Editora Brasiliense, na década de 80. O livro de Cid Seixas, depois de anunciado pela coleção Primeiros Passos, foi substituído pelo trabalho de uma conceituada professora e semioticista da PUC de São Paulo. Em seguida, o autor foi convidado a publicar seu livro na série destinada a uma segunda visão do tema, com o que ele não concordou, mantendo os originais inéditos.

Este volume 7 de *Folhetim* foi disponibilizado no formato 13 x 18,5 cm, em tipo Times New Roman, corpo 14.

**PRIMEIRAS
INVESTIGAÇÕES
SEMIÓTICAS
NA HISTÓRIA
DA FILOSOFIA**

Por
CID SEIXAS

e-book.br

EDITORA UNIVERSITÁRIA
DO LIVRO DIGITAL

<http://www.e-book.uefs.br>

<http://www.linguagens.ufba.br>

<https://issuu.com/e-book.br/docs/folhetim7>

FOLHETIM 7